

AS OPERAÇÕES DE FRONTEIRA E A POLÍTICA MILITAR NOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (2003-2016)

José Augusto Zague (GEDES – Unesp)
Suzeley Kalil (Unesp)

Eixo 4. Mesa 181 – Crise de hegemonia mundial e políticas militares no Brasil.

Trabalho preparado para apresentação no XI Congresso Latino-Americano de Ciência Política (ALACIP), organizado conjuntamente pela Associação Latino-Americana de Ciência Política e a Associação Chilena de Ciência Política, Santiago, Chile, 21, 22 e 23 de julho de 2022.

Resumo

O objetivo do artigo é acompanhar a participação das Forças Armadas brasileiras nas chamadas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O exemplo de análise será o emprego das Forças Armadas nas faixas de fronteira. Mais especificamente, tem-se aqui o fito de compreender a visão social de uma dada política pública (a política militar) sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2015), estendendo-se a avaliação até o golpe do impeachment (2016). Entendendo política militar como a operacionalização das Forças Armadas para alcançar os objetivos da política de defesa como braço da política externa, quer-se compreender uma parte específica da política militar, aquela que responde como é construída a visão sobre o emprego das Forças Armadas nas operações GLO durante os governos do Partido dos Trabalhadores, expressa nas posições conflitantes do Brasil no âmbito externo, em que buscou contestar a posição dos EUA na abordagem multidimensional da segurança hemisférica e, no âmbito interno e sob a liderança dos militares das Forças Armadas, incentivou a realização de operações GLO.

Introdução

O objetivo do artigo é acompanhar a participação das forças armadas (ffaa) brasileiras nas chamadas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O exemplo de análise será o emprego das ffaa nas faixas de fronteira. Mais especificamente, tem-se aqui o fito de compreender a

visão social de uma dada política pública (a política militar) sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2015), estendendo-se a avaliação até o golpe do impeachment (2016).

Entendendo política militar como a operacionalização das forças armadas para alcançar os objetivos da política de defesa como braço da política externa, o recorte do tema é modesto: quer-se compreender uma parte específica da política militar, aquela que responde a como é construída a visão sobre o emprego das ffaa em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e, mais especificamente, naquelas operações realizadas na faixa de fronteira. As fontes utilizadas para acompanhar o exercício da política militar entre 2003 e 2016 são alguns *clippings*, documentos oficiais e literatura especializada.

Relativamente aos *clippings*, utiliza-se basicamente os informes produzidos pelo Observatório de Defesa e Forças Armadas - Brasil (ODFA) e Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB), ambos produzidos pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES-UNESP), que têm como foco a forma como a imprensa nacional dos países envolvidos apresentam os temas de política exterior, defesa e ffaa.¹

Embora haja um número expressivo de *clippings* cuja temática é semelhante a aqui tratada, duas são as justificativas para a utilização dos informes indicados: sua natureza e continuidade. Sua característica intrínseca é a de produzir uma resenha sobre a matéria em tela – tanto o OPEB quanto o ODFA apresentam um resumo das notícias de diários de grande circulação nacional –, não divulgando matérias assinadas ou ensaios sobre os assuntos abordados; os dois circulam semanalmente há quatro lustros, representando continuidade no tempo sob a mesma sistemática de produção de fontes.

A premissa que dirige a escolha das resenhas jornalísticas como fonte é que os veículos de imprensa exercem grande influência na formação da opinião pública, o que pode ser chamado *agenda-setting*. Conforme Shaw (Apud CHAIA, 2004, p. 10):

[...] em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação o público sabe ou ignora, presta atenção ou descara, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass média* incluem ou excluem dos seus próprios conteúdos. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que este conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase dada pelos *mass média* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas [...].

Leve-se em conta que no caso brasileiro esta referência é ainda mais importante, pois os meios de comunicação encontram-se concentrados nas mãos de um número bastante pequeno de empresários, que representam grupos de interesse bastante estritos, o que alguns chamam “terrorismo midiático” (SADER, 2014; CARVALHO, 2014).²

Já a premissa que orienta a escolha do tema sustenta-se na importância relativa que as ffaa detêm no âmbito da política doméstica e regional, assim como sua presença positiva no imaginário popular, como aponta pesquisa que produz o Índice de Confiança Social. Na última enquete (TOLEDO, 2020),³ as ffaa ocupavam o quarto lugar de entidade mais confiável, e entre as instituições “menos confiáveis” o Congresso Nacional e os partidos políticos estavam nas duas últimas posições.

Cabe um parêntese: as eleições de 2018, com o grande número de militares eleitos para o Congresso, bem como a presença deles no Executivo Federal, também é uma amostra desta crença na infalibilidade das ffaa que gera altos índices de confiança social. Da mesma forma, o número de militares ocupando cargos de natureza civil é exemplo da distorção que o sistema político brasileiro representa, mostrando que foi pura ingenuidade acreditar que as ffaa tinham abandonado seu tradicional comportamento de partido fardado (FERREIRA, 2000; FERREIRA, 2007).

Para compor a análise, construímos um *corpus*⁴ discursivo, embasado nos 1044 Informes semanais, composto por 598 informes do ODFA e 446 informes do OPEB. Desta leitura, destacou-se aqueles informes que traziam notícias sobre as fronteiras do país e, a partir da data das notícias mencionadas, procedeu-se à busca nos dois grupos de informes semanais. É o resultado deste procedimento que compõe, então, o *corpus* aqui esmiuçado.

Ressalve-se que o tipo de fontes utilizadas – mídia escrita, documentos oficiais e literatura especializada – condiciona a análise, fazendo dela mais restrita e focada, não permitindo afirmar que o tema foi suficientemente apreendido, classificando a avaliação aqui pretendida em estudos de médio alcance.

Para proceder à análise, dividiu-se este texto em três partes, além desta introdução que indica os procedimentos de pesquisa, e das considerações finais. Na primeira, apresenta-se a leitura dos documentos oficiais e textos de referência sobre o tema, enfatizando o caráter disfuncional da atuação e emprego das ffaa como forças de segurança. Na sequência, nas duas partes posteriores, o foco são as operações realizadas

na faixa de fronteira. Nelas, expõem-se a leitura do Plano Nacional de Fronteiras e sobre a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Em ambas as partes, a metodologia adotada busca combinar o estudo de documentos com o da imprensa, uma vez que o objetivo perseguido é avaliar qual a visão, se negativa ou positiva, sobre a política de emprego das ffaa no Brasil.

As operações GLO nos governos do PT

São poucos os que consideram as operações realizadas pelas ffaa nas faixas de fronteira como Operações GLO. No entanto, defende-se aqui que elas assim o são não apenas pelo território em que acontecem (interno), mas principalmente pelo tipo de atividade que se exige das ffaa, que são função da Polícia Federal (PF) – controle de fronteira; tráfico de drogas e outras mercadorias, etc. Tanto assim que, sob nomenclatura diferente, as operações aqui analisadas foram efetivadas em conjunto pelas ffaa e PF.

A Constituição Federal (CF) brasileira determina, em seu artigo 144 que compete à PF, no âmbito da segurança pública, a responsabilidade pelo exercício das funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras (BRASIL, 1988). A interpretação elástica do texto constitucional tem justificado o emprego das ffaa em tarefas de segurança pública, como se pode ler no artigo 142 da mesma Constituição:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à *garantia* dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, *da lei e da ordem* (BRASIL, 1988, grifos nossos).

A previsão constitucional de emprego das ffaa em operações GLO, respeitando o Estado de Direito, indica excepcionalidade e ações pontuais, como nos casos de desastres naturais, e sempre de maneira complementar à atuação das polícias ou da defesa civil. Não se desconhece, contudo, que a imprecisão da normativa, mantida pelos legisladores constituintes sob a influência castrense, reflete a incompletude do processo de transição do regime burocrático-autoritário (1964-1985) (O'DONNELL, 1990).

Poucos anos após a promulgação da Constituição, foi realizada a operação GLO de maior monta e melhor sucedida na década de 1990, durante a reunião Eco-92, no Rio de Janeiro (MATHIAS; ZAGUE; SANTOS, 2019). Durante a década de 1990 até o término do governo FHC (2002), foram realizadas 52 operações GLO. Nos governos petistas foram 67 operações GLO, sendo 39 no governo Lula (2003-2010) e 28 no

mandato de Dilma Rousseff (2011-2015) (MINISTERIO DA DEFESA, 2021). Ou seja, percebe-se uma permanência no uso desse recurso em detrimento da concentração concreta das ffaa em sua atividade fim, a defesa nacional.

No âmbito hemisférico, o aprofundamento das ações do crime organizado transnacional, levou à operacionalização das ffaa de diversos países latino-americanos no combate ao narcotráfico. Tal distorção, estimulada pela pressão social, especialmente da classe média, aponta para uma perigosa constatação verbalizada por Mares e Zirker (2009): “se a democracia é ameaçada pelo crime, de outro lado, também pode ser ameaçada pelo uso dos militares para combater o crime”.

A discussão sobre o combate ao crime organizado transnacional, notadamente o narcotráfico, durante as décadas de 1990 e 2000, teve na Organização dos Estados Americanos (OEA) um ator central. O papel desempenhado pelos EUA no âmbito da OEA foi decisivo para influenciar os países do hemisfério no emprego das ffaa para o enfrentamento ao crime organizado. Na Declaração Hemisférica de Bridgetown⁵ em 2002, os ministros de Relações Exteriores dos países americanos reconheceram “[...] que as ameaças, preocupações e outros desafios à segurança no contexto hemisférico são de naturezas diversas e alcance *multidimensional* [...]”. O documento ressalta a existência de “novas ameaças”, que “podem requerer cooperação hemisférica” e “respostas para múltiplas questões por parte de diferentes organizações nacionais”, direcionando a atuação das forças armadas, particularmente as latino-americanas, ao enfrentamento de problemas de segurança interna como o narcotráfico (OEA, 2002, grifo nosso).

A perspectiva de segurança multidimensional proposta pela OEA, influenciada pelos atentados de 11 de setembro, não difere os âmbitos da defesa e da segurança. As definições de “guerra ao terror” ou “guerra contra as drogas”, presentes nos discursos de George W. Bush, sustentam a abordagem multidimensional no contexto hemisférico do início da década de 2000. Para Saint-Pierre (2011) a “agenda hemisférica de ameaças”, muitas vezes ignorou “a diferença entre a natureza da defesa e a da segurança, e o perigoso deslocamento do conceito de “segurança”, extrapolando-o e multidimensionando-o. A indistinção entre defesa e segurança proposta no âmbito da OEA por influência dos EUA consagrou princípios que levaram as ffaa nacionais a se concentrarem não na defesa da soberania nacional, que seria garantida pela “cobertura continental por parte dos Estados

Unidos”, mas sim “ser empregadas para enfrentar os problemas de segurança pública” (SAINT-PIERRE, 2011).

Duas questões suscitadas pela reflexão de Saint-Pierre acerca do modelo de segurança, proposto no âmbito da OEA, merecem destaque. A primeira refere-se ao novo papel das forças armadas que seriam empregadas prioritariamente na segurança pública (novas ameaças). A segunda diz respeito a uma nova configuração hemisférica, em que os EUA cuidam da defesa do continente, abrindo espaço para que as forças armadas dos demais Estados se ocupem de crimes como o narcotráfico ou o ‘terrorismo’.

Tais questões foram debatidas durante os mandatos de Lula e Dilma Rousseff, sob os auspícios da OEA no âmbito das Conferências de Ministros de Defesa das Américas (CMDA), em que o conceito de segurança multidimensional tornou-se o eixo central da política militar dos EUA para o hemisfério. Durante os governos petistas, os representantes brasileiros nas CMDA defenderam que as forças armadas deveriam restringir a sua atuação às funções precípua para as quais foram criadas, mormente a defesa da soberania frente à ameaça de outro(s) Estado(s) (MATHIAS; ZAGUE; SANTOS, 2019).

De maneira contraditória àquela expressa no foro hemisférico da CMDA, em que os ministros da Defesa brasileiros, acompanhando seus vizinhos, mais de uma vez discordaram da posição dos EUA, o governo Lula iniciou um novo ciclo de participação combinada entre polícia e ffaa na segurança pública quando, em 2007, o Exército se instalou no morro da Providência para garantir a segurança do projeto Cimento Social (MARTINS FILHO, 2008). Essa operação GLO serviu como modelo para instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), antessala do pacto que sustentou o convênio e assegurou a participação militar na política de segurança pública carioca (MATHIAS; ZAGUE; SANTOS, 2019) até o atual governo.

O emprego das ffaa na segurança pública, contrariando a posição brasileira no âmbito externo, pode ser vista por dois prismas. O primeiro é sobre o custo institucional que na visão de Lula seria compensado por atenuar o desgaste político gerado pela violência urbana, ampliando a sensação de segurança na opinião pública. O segundo está relacionado ao papel dos militares. Desde a Proclamação da República as ffaa utilizam recursos e energia organizacional em funções relacionadas com a segurança interna e

defendem um ideário de que são agentes indispensáveis para o desenvolvimento e o progresso nacional (HUNTER, 1996).

Essa visão das ffaa de que são um ator político indispensável, impregnou as Constituições brasileiras garantindo a sua função de guardiãs da lei e da ordem, representando sempre maior autonomia castrense (MATHIAS; GUZZI, 2010). Destarte, até hoje as ffaa mantêm “reserva de domínio”⁶ sobre temas de extrema importância para a construção da democracia, como são: a Justiça Militar – uma das três do mundo que pode julgar civis – a Inteligência do Estado e o Ensino Militar (MARES; MARTINEZ, 2014).

Dois exemplos são significativos da autonomia castrense no período pós transição: os projetos Calha Norte, implantado entre as décadas de 1980 e 2000, e as iniciativas para a revitalização da indústria brasileira de defesa durante os governos do PT. Ambos podem ser vistos, segundo a ótica de Hunter, como resultado da megalomania dos militares brasileiros por projetos de grande escala, que os levou ao longo do tempo a promover empreendimentos que vão desde o desenvolvimento e ocupação da região amazônica até a construção do submarino nuclear (HUNTER, 1996, p.20).

Nos governos petistas as iniciativas no sentido de contemplar os militares com novos sistemas de armas tiveram início no primeiro mandato de Lula, que lançou programas objetivando a revitalização da indústria brasileira de defesa amparados, entre outros, na Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID) e na Estratégia Nacional de Defesa (END) (ZAGUE, 2018).

A transição desde o governo burocrático-autoritário influenciou sobremaneira nas relações civis-militares no Brasil. A *marcha lenta* durante a transição, assegurou aos militares papel relevante para além das funções da defesa, garantindo sua participação nas operações GLO. Cortinhas e Vitelli propõem dois princípios orientadores na direção do controle civil democrático. O primeiro é manter os militares em suas funções de defesa contra as ameaças externas. O segundo é assegurar a liderança de civis na formulação da política de defesa e em algumas decisões sobre as forças armadas (CORTINHAS; VITELLI, 2020). Para Pion-Berlin é necessária uma *civilianization* do Ministério da Defesa, com aumento da proporção de civis que ocupam cargos importantes (PION-BERLIN, 2009, grifo nosso). No entanto, os governos do PT não consolidaram o controle civil sobre as forças armadas. Ao contrário, pesquisas apontam para o aumento da

influência castrense sobre as decisões do MD, o que é inadequado, para dizer o mínimo, ao funcionamento das democracias (CORTINHAS; VITELLI, 2020).

Operações de Fronteira: o governo Lula

Os discursos contraditórios dos governos do PT, com tônicas opostas para os públicos externo e interno, nas discussões em foros internacionais, em especial nas CMDA, estabeleceu um modelo de ação em que, sob a liderança do Itamaraty, buscou contestar a posição favorável dos EUA a abordagem multidimensional na segurança e, no âmbito interno e sob a liderança dos militares, incentivou a realização de operações GLO. Nessa direção, Lula e Dilma potencializaram as operações nas faixas de fronteira.

Pode-se, pois, dizer que a operacionalização das forças armadas nas faixas de fronteiras foi parte importante da política militar dos governos petistas. No início do governo Lula, por exemplo, discutiu-se o emprego das forças armadas em colaboração com a Colômbia, no combate ao tráfico e na identificação de zonas de plantação de cocaína e laboratórios de processamento da droga (ODFA, 07/03/2003).

A instrumentalização da infraestrutura, equipamentos e efetivos militares para o combate ao crime organizado é discutida abertamente nos primeiros momentos do governo Lula. Em reunião dos Ministros da Defesa da América do Sul, o ministro brasileiro da Defesa José Viegas, defendeu a criação de um mecanismo de vigilância subcontinental para combater o narcotráfico, utilizando as funcionalidades do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) no controle das fronteiras (ODFA, 25/04/2003). Os radares, situados em pontos estratégicos da região amazônica, poderiam ser utilizados na interceptação de aeronaves clandestinas utilizadas pelo tráfico de drogas na fronteira com Colômbia e Bolívia (ODFA, 31/10/2003).

O presidente colombiano Álvaro Uribe afirmou que contava com o apoio do Brasil para utilizar o Sivam contra o narcotráfico e o terrorismo, nesse caso, no contexto dos atentados de 11 de setembro, evocando a doutrina de Guerra ao Terror de seu aliado George W. Bush (ODFA, 28/05/2004). Na mesma direção, em outubro de 2004 entrou em vigor a Lei do Abate, operacionalizada pela FAB, e com foco principalmente nas rotas do narcotráfico próximas às fronteiras com a Colômbia, Bolívia e o Paraguai (ODFA, 17/09/2004).

A homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em abril de 2005, área localizada em faixa fronteira com cerca de 1,7 milhão de hectares foi assinada por Lula,

depois de mais de vinte anos de impasse jurídico, em região em que vivem cerca de 15 mil indígenas (ODFA, 22/04/2005). A demarcação e legalização de reservas indígenas na Amazônia tem encontrado oposição das ffaa, principalmente quando situadas em faixas de fronteiras, exemplificando as dificuldades de seguidos governos em exercer o controle civil sobre elas. Ainda na década de 1990, a tentativa de criar uma reserva indígena Yanomami na fronteira com a Venezuela, foi vista pelo Exército como ameaça ao Projeto Calha Norte (ZIRKER; MARTINS FILHO, 2009).

Da mesma maneira, os militares resistiram à demarcação da reserva Raposa Serra do Sol sob a alegação de risco à soberania nacional. O General Augusto Heleno, então comandante militar da Amazônia, classificou a política indigenista do governo Lula de "lamentável" e "caótica" (GUERREIRO, 2008), tendo sido punido pelos pronunciamentos com a perda do cargo no CMA e direcionado para funções burocráticas no âmbito do Exército (PRAZERES, 2009). Durante a crise pós decisão de homologar a reserva indígena que foi decidida pelo STF, o ministro da Defesa Nelson Jobim apoiou abertamente, embora diplomaticamente, a insubordinação dos oficiais mais graduados, aparentemente como parte de um processo de negociação em que o ministro convenceu Lula a conceder aumento salarial aos militares (ZIRKER; MARTINS FILHO, 2009).

A divergência sobre esta questão, leva-nos a lançar uma hipótese que aqui não poderá ser aprofundada, a de que data da assinatura da criação da reserva “Raposa/Serra do Sol” o renascimento do que chamamos Partido Militar. O embasamento para tanto é de que o alto controle militar sobre o processo de transição do regime militar vinha perdendo força – ou os soldados percebiam desta forma – desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Medidas como a criação do Ministério da Defesa, mudanças relativas à revisão do passado (Lei 10559/2002, criação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça), alterações na remuneração com perda de privilégios, etc. apontavam nessa direção.

A chegada de Lula à Presidência da República, um líder profundamente identificado com tudo aquilo que os militares sempre aprenderam como inimigo – basta uma ligeira análise da doutrina de segurança nacional desenvolvida pela ESG, a qual pouco se transforma ao longo de todo o processo de construção do governo democrático para comprovar isso (LENZ, 2021) –, ao mesmo tempo em que há muito menor ‘paciência’ relativamente ao comportamento de governantes progressistas que

reacionários na política brasileira (MIGUEL, 2021) para verificar que a caserna pouco a pouco mudou seu comportamento, assumindo primeiro um ‘protagonismo sorrateiro’ (PENIDO; RODRIGUES; KALIL MATHIAS, 2020) diante do poder civil, ao mesmo tempo em que reconstituía, no interior dos quartéis, uma nova hegemonia baseada nos tradicionais valores da ‘família militar’ – realizado no governo Lula –, buscando portavozes para seu projeto político – arrematado no governo Dilma –, o que redundou no reaparecimento do Partido Militar em 2018 (PENIDO; KALIL, 2021b).

A falta de esforço do governo Lula em exercer autoridade em relação aos militares, autoridade esta necessária ao processo de construção do regime democrático, pode ser vista em outras crises entre o poder civil e a caserna. Em 2004, a crise teve como epílogo a renúncia do então ministro da Defesa José Viegas, ante a falta de solidariedade do governo quando o mesmo criticou o “comportamento criminoso dos militares durante a ditadura” (ZIRKER; MARTINS FILHO, 2009) e foi contestado por nota do Exército “afirmando que as medidas tomadas pelas forças armadas à época foram legítimas” (PENIDO; JANOT; RODRIGUES, 2021). Em sua carta de renúncia Viegas afirmou:

É incrível que a nota original se refira, no Século XXI, a "movimento subversivo" e a "movimento comunista internacional". É inaceitável que a nota use incorretamente o nome do Ministério da Defesa em uma tentativa de negar ou justificar mortes como a de Vladimir Herzog. É também inaceitável, a meu ver, que se apresente o Exército como uma instituição que não precise efetuar "qualquer mudança de posicionamento e de convicções em relação ao que aconteceu naquele período histórico" (BRASIL, 2004).

Em 2010 o governo modificou decreto que criava a Comissão Nacional da Verdade ante a ameaça de renúncia coletiva dos militares, especialmente os quadros do Exército (PION-BERLIN, 2011). O decreto original previa a apuração das violações de direitos humanos “praticadas no contexto da repressão política”, trecho substituído pela expressão “praticadas no contexto de conflitos políticos”, ampliando a sua abrangência e a possibilidade de investigar também os militantes de esquerda (CONGRESSO EM FOCO, 2010).

Em contraste a forma laxa com que tratou a questão do controle civil, o governo Lula quis mostrar autoridade empregando de maneira disfuncional as ffaa na segurança pública. A operação GLO, realizada em 2006 a pedido do governo do Mato Grosso, merece destaque. Nela participaram a Aeronáutica em conjunto com a Polícia Federal e Rodoviária em ações de combate ao narcotráfico nas fronteiras de Paraguai e Bolívia (ODFA, 02/06/2006). Avaliando a participação das ffaa em ações de segurança pública

como a mencionada, o general Carlos Augusto Fernandes dos Santos, afirmou que “[...] ao intervir em uma região onde se constata a falência do Estado, o estado passa a ser o de guerra onde deveriam prevalecer as leis da guerra [...]” (ODFA, 30/06/2006), com isso normalizando o que deveria ser uma ação excepcional das ffaa ao equiparar crime com guerra e, portanto, segurança com defesa.

As ações de segurança na faixa de fronteira ganharam o nome de Jauru, tornando-se frequentes no período 2004-2006. Nelas empregou-se um número substantivo de militares das três forças que atuaram em conjunto com a PF em uma abordagem multidimensional, contra o tráfico de drogas, o contrabando de armas, crimes ambientais e evasão de divisas na fronteira de 1.290 km com o Paraguai (ODFA, 24/11/2006).

A ambiguidade do discurso do governo Lula no que se refere às funções das ffaa pode ser comprovada quando se avalia a postura do governo em distintos fóruns. Nesse sentido, destaca-se o discurso de Nelson Jobim em dois momentos. O primeiro aconteceu em 2007 quando o ministro visitou a Minustah. Em seu pronunciamento dirigido aos soldados brasileiros, ele compara a ação realizada no Haiti com aquelas realizadas no Rio de Janeiro, defendendo que a presença das ffaa na segurança pública “contribuía para a percepção de segurança da população”, razão pela qual dever-se-ia “patrocinar um debate sobre a mudança da Constituição brasileira para permitir o emprego das Forças Armadas (...) no combate à violência urbana” (ODFA, 07/09/2007; ODFA 19/10/2007).

Três anos depois, quando representava o Brasil na IX CMDA, o discurso de Jobim foi em direção contrária (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2010), e aliou-se ao Chile e à Argentina na contestação à política dos EUA para o hemisfério, que apregoava a indistinção entre segurança interna e defesa externa. Ao final, a despeito das aparentes resistências, apenas o país austral manteve a estrita separação entre as áreas, enquanto os demais países, como já mostrava a propensão de Lula acima indicada, foram paulatinamente criando mecanismos para o emprego das ffaa na segurança pública.

Em resumo, ao longo dos 8 anos do governo Lula, duas foram as principais políticas de emprego das ffaa, a participação na Minustah e as operações GLO. Uma terceira, que merece um tratamento à parte, é a coordenação castrense da segurança de grandes eventos. Concentrando esforços no estudo das segundas, o que se pôde depreender é que a principal política militar do governo Lula, a Minustah, funcionou

como um verdadeiro laboratório para o treinamento e normalização do emprego das ffaa em segurança pública (OPEB, 02/12/2010; ODFA, 10/12/2010).⁷

No que toca ao estabelecimento da necessária subordinação militar ao poder civil, condição de possibilidade para a construção da democracia, as ações de Lula foram meramente legais, apontando uma ingênua confiança no republicanismo das instituições, olvidando dos mais enraizados valores das elites nacionais, desde sempre apontadas por Florestan Fernandes (1968; 1975)⁸ e atualizadas por Jessé de Souza (2015; 2017)⁹. Ademais, Lula foi omissos em relação ao estabelecimento da autoridade dos ministros da Defesa, permitindo a insubordinação militar exemplificada nos muitos pronunciamentos de oficiais das ffaa. Por isso, a reprimenda ao general Heleno acima lembrada pareceu fora de lugar e, acreditamos, originou a recomposição interna das ffaa para sua atuação no palco político.

Operações de Fronteira: o governo Dilma

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), houve uma sistematização das operações de fronteira, tendo como detonador desse processo o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF). Lançado em junho de 2011 (Decreto 7.496), o PEF objetiva a “prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira” (Dec. 7.496, § 1º).

O PEF foi dividido em dois núcleos de operações executadas pelo Ministério da Justiça (Operação Sentinela), por meio de ações da Polícia Federal, e pelo Ministério da Defesa (Operação Ágata), empregando Marinha, Exército e Aeronáutica em operações conjuntas sob o comando do vice-presidente Michel Temer (ODFA, 10/06/2011).

Como parte do Plano Estratégico de Fronteiras, foi criado, sob comando do Exército, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) que “[é] um sistema de Comando e Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4IVR) que visa dotar a força terrestre de meios habilitadores a uma presença efetiva na faixa de fronteira brasileira” (BUFOLO, 2014). O SISFRON tem um objetivo multidimensional, que inclui as atividades próprias das Polícias Federal e Estaduais, quais sejam, o monitoramento do acesso ao território brasileiro de contrabando e grupos de narcotraficantes e na detecção de crimes ambientais (ANDRADE *et.al.*, 2019).

A sequência de operações denominadas Ágata, estão entre as principais iniciativas do governo Rousseff para as áreas fronteiriças. Em 2011 foram desencadeadas as operações Ágata 1, com foco na fronteira com a Colômbia; Ágata 2, nos limites com Argentina, Paraguai e Uruguai, e Ágata 3, nas fronteiras com Peru e Bolívia (DEFESANET, 2011). Nas três etapas da operação, patrulhou-se 11.632 Km, na extensão compreendida entre a região do Chuí, no Rio Grande do Sul, e a Cabeça do Cachorro, no Amazonas (MINISTERIO DA DEFESA, 2012).

Em 2012, a Ágata 4 concentrou-se na fronteira norte do Brasil, em uma área fronteiriça entre Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Nesta, foram percorridos mais 5.240 quilômetros até Oiapoque, no Amapá. Com isso, em dois anos, foi percorrida toda a fronteira brasileira com os dez países sul-americanos (MINISTERIO DA DEFESA, 2012). Paralelamente à Ágata 4, iniciou-se a primeira fase de implantação do SISFRON.

A Ágata 5 foi desencadeada em um trecho que cobriu a região de Chuí no Rio Grande do Sul a Corumbá no Mato Grosso do Sul, abrangendo a fronteira sul até a Bolívia. E a Ágata 6 cobriu as fronteiras entre os estados brasileiros do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre e os vizinhos Peru e Bolívia (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

A operação Ágata 7, realizada na metade de 2013, caracterizou-se por envolver um número maior de militares, 25 mil soldados, e por patrulhar pela primeira vez as fronteiras do Brasil com os 10 países sul-americanos em atuação simultânea do Exército, Marinha e Força Aérea, na maior operação militar até então realizada sob Dilma Rousseff. A operação foi desencadeada *pari passu* à realização de grandes eventos como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude (OPEB, 19/05/2013).

Em consonância com o PEF, 19 mil soldados são responsáveis pela vigilância da maior parte dos 11 mil Km de fronteiras sob responsabilidade do Comando Militar da Amazônia (CMA), que tem, desde 2010, poder de policiar e executar prisões em flagrante no limite de 150 quilômetros a partir da fronteira.

No sentido de reforçar as ações no controle na fronteira amazônica, o governo subdividiu o CMA, criando, em 2013, o Comando Militar do Norte (CMN), composto por 10 mil soldados e abrangendo Pará, Maranhão e Amapá. Com a nova divisão, foram

alteradas a distribuição das tarefas entre as forças. Na porção ocidental da Amazônia, sob responsabilidade do CMA, os soldados são empregados no combate ao narcotráfico, contrabando e crimes ambientais. Na região oriental, a função do CMN é atuar em operações subsidiárias (GLO e cívico-sociais), combatendo a exploração ilegal dos recursos naturais e nos conflitos sociais, na área de fronteira com o Suriname, Guiana e Guiana Francesa (OPEB, 23/3/2013).

A divisão dos comandos aponta que a política militar de Rousseff fortaleceu a função das ffaa nas ações de segurança da área fronteira menos povoada do Brasil. A atribuição do CMN para atuar em conflitos sociais, que é uma área afeita às forças de segurança, enfraquece o papel dos entes federados amazônicos no controle civil sobre temas de segurança pública e na atuação em conflitos agrários, o que é um retrocesso sob o ponto de vista da construção do regime democrático.

Na continuação da PEF, a Ágata 8 ocorreu em maio de 2014, cobrindo toda a extensão da fronteira brasileira com os dez países sul-americanos, em um total de 16.886 quilômetros. A operação reuniu 30 mil militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea e contou com soldados das PF, Rodoviária e das polícias militares de alguns estados (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2014). A Ágata 9, realizada em 2015, ocupou um perímetro menor, distribuídos em 4.070 quilômetros de fronteira nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, que fazem fronteira com Bolívia e Paraguai (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015a).

Consonante com o discurso da imprensa, a política militar de Rousseff revela naturalização das operações castrenses como polícia de fronteiras. Tenta-se de escamotear o combate aos crimes transfronteiriços, porque são localizados em regiões de contato entre nacionais e internacionais, como missão de defesa, para que assim não aparentem ser atividades precípuas da PF. Porém, os oficiais militares mostram em seu discurso que a atuação de seus comandados na faixa de fronteira são ações cívico-militares, subsidiárias à sua missão precípua. Esta discrepância pode indicar resistência das ffaa ao processo de naturalização de suas funções como polícia, insistindo que se trata de ações subsidiárias, mas nem por isso menos importantes. Como exemplifica o discurso do General De Nardi, comandante da Ágata 9, tais operações tem o propósito inclusive

de oferecer treinamento para os soldados: “Início de vida profissional tem que ser assim. Tem que saber o que é a fronteira” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015a).

A Ágata 10 realizada no final de 2015 reuniu o CMA, sediado em Manaus, e o CMN, com sede em Belém, e contou com o emprego de mais 9 mil militares das ffaa, 33 agências governamentais e órgãos públicos. A operação combinou ações de patrulhamento terrestre, motorizado, fluvial e marítimo, inspeções nas estradas e atendimento social à população que vive ao longo da faixa de fronteira. Entre os objetivos da operação estavam coibir o crime ambiental, o garimpo ilegal, o contrabando e o descaminho, desativar pistas de pouso clandestinas e reprimir o tráfico de drogas e a pesca predatória (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015b).

A Ágata 10 foi a última operação realizada sob Dilma Rousseff, afastada e impedida de terminar o mandato para o qual fora eleita pelo golpe parlamentar de 2016. Embora não seja objetivo deste texto avaliar o governo Michel Temer, importa informar que uma de suas primeiras iniciativas foi anunciar a substituição do Plano Estratégico de Fronteiras de 2011 pelo Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (OPEB, 17/11/2016). Assim, o novo programa foi instituído pelo Decreto 8.903, de 16/11/2016.

Considerações Finais

Sob as lentes dos Observatórios, a imprensa brasileira não emprestou grande destaque aos temas de defesa. Todavia, ela parece compreender a política militar, isto é, o emprego das ffaa em atividades internas, como as Operações Ágata, como aplicação da política de defesa, não fazendo a devida separação entre o que é Defesa e o que é Segurança. Isso indica conformidade com a própria confusão legal que permanece no Brasil. Também sugere adesão da imprensa ao uso das ffaa para resolver problemas que não são afeitos à defesa.

O discurso da mídia reforça a compreensão desta política como uma ação legítima de defesa, não de segurança. Ela sequer se pergunta se tal desenho de emprego das ffaa é condizente com a política externa do Brasil, considerando que a política militar é uma das formas de operacionalizar a política externa. Ao contrário, a política militar – entendida como a constituição das missões das ffaa relativamente aos objetivos da defesa nacional – brasileira está fortemente relacionada com a ordem pública interna, permanecendo apartada das relações internacionais do país.

As pressões dos EUA para influenciar a América Latina no sentido de normalizar a visão multidimensional sobre o emprego das ffaa em atividades de segurança interna, encontrou receptividade no setor castrense brasileiro. A princípio, parece ter havido resistência. Porém, parece-nos que a proximidade com os EUA, ativada por canais diretos entre os militares dos dois países, indicando autonomia destes, bem como seu alinhamento ideológico com os estadunidenses, facilitou a aceitação das tarefas especificadas nas GLO de fronteiras.

Conforme apresentado, durante o governo de Dilma Rousseff consolidou-se um modelo de emprego das ffaa em ações de segurança pública e na vigilância de fronteiras que fora apenas esboçado no governo Lula. Nas áreas urbanas, as ações nas UPPs foram desenvolvidas sob influência da experiência brasileira que atuou na Minustah. De outro lado, as Operações Ágata em suas diversas etapas, permitiram às ffaa desenvolverem uma rotina para o emprego das tropas nas áreas fronteiriças.

Os governos do PT pretensamente ofereceram respostas à opinião pública, enxugando gelo nas faixas de fronteiras contra o narcotráfico, porém ampliando a autonomia dos militares e empoderando-os no entendimento equivocado sobre o alcance do artigo 142 e das GLO, contribuindo para a visão que os levou a ocupar espaços políticos relevantes no governo pós golpe (2016-2018) e no retorno do Partido Militar.

Cabe destacar que a confusão sobre as funções das ffaa e da PF no modelo brasileiro de proteção de fronteiras, provocou desentendimento entre militares e policiais. Conforme verbalizado pela imprensa, a PF reclamou que o Exército concentra a maior parte do seu efetivo no Comando Militar do Leste, sediado no Rio de Janeiro, comprometendo a atuação conjunta na vigilância de fronteiras (ODFA, 29/04/2011).

A ausência de uma burocracia não militarizada com capacidade de reforçar o controle civil, a *civilianization* conforme a acepção de Pion-Berlin, pode explicar a hesitação, notadamente do governo Lula, para exercer a autoridade sobre os militares. A disposição dos governos do PT em limitar a influência dos militares nas esferas mais altas de poder, oferecendo compensações pela atuação nas GLO, indica a dificuldade em exercer a autoridade e o controle civil. As ffaa atribuindo aos seus integrantes um *ethos* superior, estabelecido na pretensa essencialidade, arvoram-se em guardiães preferenciais do interesse nacional, satisfazendo e justificando sua visão megalomaniaca.

Referências

ANDRADE, I. O.; CORTINHAS, J.S.; SOARES M.A.; FRANCO, L.G.A. (2019). Sistema integrado de monitoramento de fronteiras em perspectiva. *Texto para Discussão 2480*, IPEA, Brasília.

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Palácio do Planalto, Brasília, DF.

BRASIL. (2004). Leia a íntegra da demissão de Viegas. Agência Brasil, 04/11/2004. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-11-04/leia-integra-da-carta-de-demissao-de-jose-viegas>>. Consultado em: 27 de novembro de 2021.

BUFOLO, R. (2014). *O SISFRON e o papel do Exército nas operações em ambiente interagências*. Rio de Janeiro, ECEME.

CARVALHO, J.R. (2014). O mundo e o terrorismo midiático. Olho no Texto, 7 set. Disponível em: <<https://olhonotexto.wordpress.com/2014/09/07/o-mundo-e-o-terrorismo-midiatico/>>. Consultado em: 15/01/2018.

CASTRO, C.; MARQUES, A. A. (Org.) (2019) *Missão Haiti: a visão dos force commanders*. Rio de Janeiro: FGV Ed.

CHAIA, V. (2004). *Jornalismo e Política: escândalos e relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo*. S.P., Hacker Editores.

CHARANDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (2004). Dicionário de análise do discurso. São Paulo, Contexto.

CONGRESSO EM FOCO. (2010). Nos jornais: Lula recua em programa de Direitos Humanos. *Congresso em Foco*, 12 jan. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/nos-jornais-lula-recua-em-programa-de-direitos-humanos/>>. Consultado em: 27 de novembro de 2021.

CORTINHAS, J. S.; VITELLI, M.G. (2020). Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016). *Rev. Bras. Est. Def.* v. 7, nº 2, jul. /dez., p. 187-216.

DEFESANET (2011). Ágata 3 - nós vamos continuar com essas operações, diz vice-presidente. *Defesanet*, 7 dez. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/3877/agata-3---nos-vamos-continuar-com-essas-operacoes%E2%80%9D-diz-vice-presidente>>. Consultado em: 17 de março de 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. (2014). Ágata 8: Começa operação na fronteira com mobilização de 30 mil militares das Forças Armadas. Brasília. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/documents/10138/8ea2b4e3-2dd5-47ac-89e6-44d6614c024d>>. Consultado em: 19 março de 2018.

FERREIRA, O. S. (2000). *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: Editora Senac.

FERREIRA, O. S. (2007). *Elos Partidos: uma nova visão sobre poder military no Brasil*. São Paulo: HABRA.

GEDES. Informe Semanal Brasil. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas (ODFA). Disponível em: <<https://gedes-unesp.org/observatorio-sul-americano-defesa-forcas-armadas/>>. Consultado em: 29 de novembro de 2021.

GEDES. Informe Semanal Brasil. Observatório de Política Exterior (OPEB). Disponível em: <<https://gedes-unesp.org/observatorio-de-politica-exterior/>>. Consultado em: 29 de novembro de 2021.

GUERREIRO, G. (2008). Tarso diz que Forças Armadas têm poder para ingressar em Raposa Serra do Sol. *Folha de S. Paulo*, 18 jun.

HUNTER, W. (1996). *State and Soldier in Latin America: redefining the military's role in Argentina, Brazil and Chile*. Washington (DC), USIP.

LENZ, R. (2021). Pensamento político dos militares no Brasil: mudanças e permanências na doutrina da ESG (1974-2016). Tese de doutorado em Ciência Política (PPGCP-UnB), sob orientação de Luís Felipe Miguel. Brasília, UnB, *digit*.

MARES, D.; ZIRKER, D. (2009). Crime Fighting by the Armed Forces: Explaining the Variation in Threats to Democratization. *21st World Congress of the International Political Science Association*, Santiago, Chile, 12-16, jul.

MARES, D.; MARTÍNEZ, R. (2014). Introduction. In MARES, D.; MARTÍNEZ, R. (org.) *Debating Civil-Military Relations in Latin América*. Chicago, Sussex Academic Press.

MARTINS FILHO, J. R. (2008). “Entrevista concedida a Mônica Manir”. *Caderno Aliás. O Estado de S. Paulo*, 22 jun.

MATHIAS, S. K.; GUZZI, A. C. (2010) “Autonomia na lei: as Forças Armadas nas Constituições nacionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 25, nº 73, p. 41-57, jul.

MATHIAS, S.K., ZAGUE, J.A.; SANTOS, L.F.S. (2019). A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. *Opinião Pública*, vol. 25, nº 1: 136–168.

MIGUEL, L. F. (2021). Luís Felipe Miguel: Lula precisa ser paz e amor? Entrevista dada a Breno Altman. Programa 20 minutos, *Opera Mundi*, 06 set. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OpgvsmBN9oc>>. Consultado em: 27 de novembro de 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. (2010). Palavras do ministro de Estado da Defesa Nelson A. Jobim, na sessão plenária da IX Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (Santa Cruz de la Sierra, 22 de novembro de 2010). Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/24112010-defesa-discurso-do-ministro-jobim-na-ix-conferencia-de-ministros-da-defesa-das-americas-bolivia>>. Consultado em: 17 de outubro de 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. (2012) Forças Armadas deflagram Operação Ágata 6 na fronteira com Bolívia e Peru. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/4123-09-10-2012-defesa-forcas-armadas-deflagram-operacao-agata-6-na-fronteira-com-bolivia-e-peru>>. Consultado em: 16 março de 2016

MINISTÉRIO DA DEFESA. (2015a) Ágata 9: oficiais da defesa acompanham operação em Mato Grosso. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/16413-agata-9-oficiais-da-defesa-acompanham-operacao-em-mato-grosso>>. Consultado em: 19 de março de 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. (2015b) Ágata 10: Operação tem início na região Amazônica com participação de cerca de 9 mil militares. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www>>.

defesa.gov.br/noticias/17188-agata-10-operacao-tem-inicio-na-regiao-amazonic-a-com-participacao-de-mais-de-5-mil-militares>. Consultado em: 20 de março de 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. (2021) Distribuição das operações de GLO 1992 – 2021. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exerciciooperacoes/glo/3-tabelas-glograficobarrasset2021.pdf>>. Consultado em: 20 de novembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. (2002). *Declaración de Bridgetown*: enfoque multidimensional de la seguridad hemisférica (4 jun. 2002). Disponível em: <http://www.oas.org/xxxiiga/espanol/documentos/docs_esp/agcgdoc1502.htm>. Consultado em: 20 de outubro de 2021.

O'DONNELL, G. (1990). Análise do autoritarismo burocrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PENIDO, A.; RODRIGUES, J.M; KALIL MATHIAS, S. (2020). As Forças Armadas no governo Bolsonaro. Observatório da Defesa e Soberania, 14 abr. *Instituto Tricontinental*. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro/>>. Consultado em: 27 de novembro de 2021.

PENIDO, A.; JANOT, M.; RODRIGUES, J.M. (2021). Os militares e o golpe de 2016. *A terra é redonda*, 02 abr. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/os-militares-e-o-golpe-de-016/?doingwpcron=1638706968.0713789463043212890625>>. Consultado em: 27 de novembro de 2021.

PENIDO, A.; KALIL, S. (2021a). Pensando a educação de militares na democracia. In MARTINS FILHO, J.R. (org.) *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo, Alameda.

PENIDO, A.; KALIL, S. (2021b). Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro. *Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales*, vol 11, pp. 63-82.

PION-BERLIN, D. (2009). Defense Organization and Civil-Military Relations in Latin America. *Armed Forces & Society*, vol. 35, n.3.

PION-BERLIN, D. (2011). Military Dictatorships of Brazil and the Southern Cone. *World Scholar: Latin America & the Caribbean*. Gale, Cengage.

PRAZERES, L (2009). General que criticou política indígena deixa comando da Amazônia e evita falar sobre Raposa/Serra do Sol. Notícias Uol, 23 mar. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2009/03/23/general-que-criticou-politica-indigena-deixa-comando-da-amazonia-e-evita-falar-sobre-raposaserra-do-sol.htm>>. Consultado em: 29/11/2021.

SADER, E. (2014). Dilemas da mídia na democracia. *Carta Maior*, 7 abr. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/dilemas-da-midia-na-democracia>>. Consultado em: 29/11/2021.

SAINT-PIERRE, H.L. (2011). “Defesa” ou “Segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. *Contexto Internacional*, vol. 33, n. 2, jul-dez.

TOLEDO, J.R. (2020). Confiança no SUS tem crescimento recorde na pandemia, *Piauí*, 26, no v. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/confianca-no-sus-tem-crescimento-recorde-na-pandemia>>. Consultado em: 28/11/21.

ZAGUE, J. A. (2018). O Conselho de Defesa Sul-Americano e a cooperação regional na indústria de defesa. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP), 2018.

ZIRKER, D.; MARTINS FILHO, J. R. (2009). Property Rights, Democracy and Civil-Military Relations: Brazilian Media Accounts of the Case of Raposa/Serra do Sol, Brazil. In: Pradernas Wilson, D. *Armed Forces and Society: New Challenges and Environments*. Santiago (Chile), Instituto Geográfico Militar, pp. 487-504.

Notas

¹ As menções aos Observatórios (fonte jornalística que compõe o *corpus* da análise) obedecerá à seguinte nomenclatura: Observatório de Política Externa (informe semanal): OPEB; Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas (informe Brasil): ODFA, todos seguidos pela data de publicação final.

² Em seu Blog, veiculado pela Carta Maior, Emir Sader tem defendido essa ideia já há algum tempo, aqui menciona-se apenas um dos artigos: “Dilemas da mídia na democracia” publicado no Blog do Emir, Carta Maior. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/dilemas-da-midia-na-democracia>, consultado em 29/11/2021.

José Reinaldo Carvalho, editor do Portal Vermelho, aprofunda a noção de “terrorismo midiático”, defendendo que o mesmo representa as políticas imperiais no campo das ideias, pois há um grau de concentração na produção da notícia nunca antes visto, assim “[n]a medida em que chegamos nesse grau de unilateralidade podemos falar em terrorismo midiático. Temos uma só ideia fabricada cotidianamente e bombardeada pelo mundo sem contraponto. É a ditadura do pensamento único.”. Disponível em <https://olhonotexto.wordpress.com/2014/09/07/o-mundo-e-o-terrorismo-midiatico/>, consultado em 15/01/2018.

³ O Índice de Confiança Social é desenvolvido pelo IBOPE desde 2009. O mesmo índice, mas com outra metodologia, foi apresentado tanto por este instituto como pelo Datafolha ao longo dos anos 1990, com pequenas variações no lugar ocupado pelas forças armadas. Em 2009, eram consideradas 22 instituições, reduzidas para 18 em 2013, voltando para 22 em 2016, quando foram isolados (desdobrando-se de Justiça) Ministério Público e Política Federal, e, por último, 20 em 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/confianca-no-sus-tem-crescimento-recorde-na-pandemia/>>; consultado em 28/11/2021.

⁴ Segundo o *Dicionário de Análise do Discurso*, coordenado por Charaudeau e Maingueneau (2004), *corpus* tem diferentes significados dependendo do contexto em que é utilizado. Para os efeitos da análise aqui proposta, “*corpus* designa o conjunto de dados que servem de base para a descrição e análise de um fenômeno” (p. 140).

⁵ No original “Que muchas de las nuevas amenazas, preocupaciones y otros desafíos a la seguridad hemisférica son de naturaleza transnacional y pueden requerir una cooperación hemisférica adecuada; estas nuevas amenazas, preocupaciones y otros desafíos son problemas intersectoriales que requieren respuestas de aspectos múltiples por parte de distintas organizaciones nacionales, todas actuando de forma apropiada conforme a las normas y principios democráticos;” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2002).

⁶ Na leitura de Mares e Martinez empreendida por Penido e Kalil (2021a, p.222), reserva de domínio são “[...] áreas de autorregulação da corporação ou áreas sobre as quais os militares detém autonomia operacional e organizacional, áreas centrais para a defesa ou para si próprios [...]”.

⁷ A Minustah como laboratório é admitida inclusive pelos que exerceram seu comando. Cf. CASTRO, C.; MARQUES, A. A. (Org.) (2019) *Missão Haiti: a visão dos force commanders*. Rio de Janeiro: FGV Ed.

⁸ Em distintas oportunidades Florestan Fernandes apontou para o caráter autoritário e excludente das elites (palavras quase nunca utilizada por ele) brasileiras. Mencionamos dois dos muitos textos que tratam disso: FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

⁹ Jessé de Souza colaborou com o PT desde antes do governo Lula, tendo assumido a presidência do IPEA entre 2015 e 2016. Da mesma forma que Fernandes, são muitas as obras de Jessé de Souza que apontam para a construção da elite, assim como das classes médias, como formadas e formadoras de uma cultura política pouco ou anti republicana, dentre as quais destaca-se *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. SP, Leya, 2015; *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. RJ, Leya, 2017.

Qualificação dos autores

José Augusto Zague é doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação ‘San Tiago Dantas’, pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e da Rede PAET&D - Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (CAPES/PROCAD/Defesa). E-mail: j.zague@unesp.br

Suzeley Kalil é professora Livre-docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), do Programa de Pós-Graduação ‘San Tiago Dantas’, pesquisadora Pq-2 do CNPq e do GEDES. E-mail: suzeley.kalil@unesp.br